



camtil

Assembleia Geral Extraordinária

22 de novembro de 2020

Índice

Abreviaturas	2
Ordem de Trabalhos.....	3
1. Eleição da mesa da Assembleia Extraordinária	4
2. Aprovação da ordem de trabalhos	5
3. Apresentação e discussão das propostas relacionadas com a alteração dos critérios de distribuição regional aplicados ao universo de sócios e à seleção para os campos.....	6
3.1 Apresentação e discussão de propostas de alteração da percentagem atribuída a Lisboa	6
3.2. Discussão e Votação acerca da aposta nas regiões de Évora e Braga	13
3.3 Apresentação e discussão de propostas de distribuição das percentagem atribuídas ao Porto, Coimbra e Resto do Mundo	21

Abreviaturas

BC – Bernardo Cerqueira
BML – Benedita Mascarenhas Lemos
CAR – Carlota Alves Ribeiro
CDC – Cecília Dias Costa
CFM – Carlota Fernandes Marques
CL – Catarina Luís
DC – Diogo Conceição
FV – Fátima Vilaça
GR – Gustavo Rochete
JB – José Bessa
JM – João Melo
JMA – José Maria Azeredo
JMM – José Maria Miranda
JSG – João Sousa Guedes
LA – Luís Alvim
LM – Lourenço Murteira
LML – Luís Mascarenhas Lemos
LX – Luís Xavier
MA – Madalena Ataíde
MC – Miguel Cabral
MD – Maria Dória
MDV – Maria Diniz Vieira
NV – Nuno Valentim
PAS – Padre António Sant´ana, sj
RR – Rita Regatia
TN – Teresa Nora
VRG – Vasco Ressano Garcia
VV – Vera Vieira

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia Geral;
2. Aprovação da Ordem de trabalhos;
3. Apresentação das propostas do Comité convocado pela Direção relacionadas com a alteração dos critérios de distribuição regional aplicados ao universo de sócios e à seleção para os campos;
4. Apresentação de outras propostas;
5. Discussão e votação das propostas apresentadas.

Preside à Mesa da Assembleia o sócio Vasco Ressano Garcia, adjuvado pelo sócio Rodrigo Sousa Coutinho (vice-presidente), secretariado pela sócia Joana Neiva Correia.

Os trabalhos iniciam-se às 14h.

Não havendo quórum, suspendem-se os trabalhos, nos termos do art. 13º dos Estatutos, e faz-se nova convocatória.

Retomam-se os trabalhos às 14:30.

O Padre António Sant'Ana sj (PAS) faz uma oração.

Vasco Ressano Garcia (VRG), Presidente da mesa, explica regras e logísticas da Assembleia Extraordinária.

1. Eleição da mesa da Assembleia Extraordinária

É apresentada a Lista candidata (anexo 1).

Votação: 105

Eleita por unanimidade.

2. Aprovação da ordem de trabalhos

VRG questiona a Assembleia se há propostas de alteração da ordem dos trabalhos.
Não havendo, passa-se à votação.

Votação: 105 É aprovada a Ordem de Trabalhos.
--

3. Apresentação e discussão das propostas relacionadas com a alteração dos critérios de distribuição regional aplicados ao universo de sócios e à seleção para os campos

3.1 Apresentação e discussão de propostas de alteração da percentagem atribuída a Lisboa

Carlota Alves Ribeiro (CAR): Apresenta a proposta do comité para a alteração dos critérios de distribuição regional aplicado ao universo de sócios e à seleção para os campos. (anexo 2)

VRG - sugere apresentação de outras propostas antes da discussão e colocação de dúvidas.

Luís Mascarenhas de Lemos (LML): Elogia o comité. Agradece os serões para reflexão que foram acontecendo nos últimos 2 anos. Considera a proposta final igual à inicial apresentada, parecendo que não adaptaram face às sugestões dadas nos serões. Assim, traz a sua proposta. (anexo 3)

Propõe dar-se percentagem de 38 para Lisboa (e não 35%, defendido pelo comité). Torna mais fácil aplicar nos critérios de seleção dos campos, por 38% corresponder a 16 participantes dos 42, logo 8 rapazes e 8 raparigas (face à proposta do comité que por corresponder a 15 participantes em 42, tornaria necessário decidir se seriam 7 rapazes e 8 raparigas ou vice-versa, em cada campo, e não há critérios definidos para a escolha), permitindo manter a seleção dos campos automatizada pelo sistema actual.

Defende que 38% é mais facilmente atingível na meta dos 5 anos do que os 35% defendidos pelo comité, pelas razões apontadas (desdobramento de quotas, migrações para Lisboa) mantendo-se a vontade de redução em Lisboa.

LML sugere primeiro discutir-se a percentagem de Lisboa e depois a do resto do mundo.

VRG concorda.

CAR: Em resposta ao LML refere que os critérios atuais de seleção de campos não obrigam a metade rapazes metade raparigas em cada região, mas sim nos 42 participantes. Com a aplicação da NoMundo (programa de seleção automática dos participantes para cada campo) cumpre-se os requisitos de percentagens mínimas de cada região, caloiros, veteranos, rapazes e raparigas.

Maria Diniz Vieira (MDV): faz parte do comité. Explica que pensaram nos 38% face aos 35%, mas nunca quiseram que decisões fossem devido a números ou à aplicação no sistema de seleção. Seria sempre possível olhar para os dados antes e depois inserir no programa. No fim das seleções há sempre ajustes a fazer e a equipa que está a fazer a seleção tenta sempre ir de encontro aos critérios, aos números e à diversidade.

Questões:

José Bessa (JB): Pergunta qual é a majoração dada a antigos sócios e, caso a que se pensa dar a sócios de Évora e Beja seja maior, não considera justo. Questiona também se na divulgação vai ser referido que existe majoração ou não.

CAR: Explica que uma das propostas é só haver divulgação e aí seria só mais divulgado. A 2ª proposta tem a divulgação mais a majoração.

MDV: responde que nos antigos animadores quando estão há 4 anos a tentar entrar têm uma majoração de 1 ano, contando como se estivessem há 5 anos a tentar. A majoração pensada pelo comité para sócios de Évora e Beja é maior, porque teve em conta o valor a partir do qual pudesse ser expressivo e dar de facto mais probabilidade de entrada, sem garantir nada.

Maria Dória (MD): Agradece ao comité a realização dos serões de discussão que foram ocorrendo. Sente que o comité não incorporou algumas questões discutidas nos serões. Gostava que a direção refletisse sobre a nomenclatura de "resto do mundo". Relembra a existência de famílias camtílicas atualmente no estrangeiro, sendo um grupo com especificidades muito particulares como o idioma, a deslocação, a disponibilidade. Sugere uma oferta de datas mais diversificada. Está disponível para ser a ponte entre a direção e essas famílias que vivem fora de Portugal.

Gustavo Rochete (GR): Agradece a proposta do LML. Não compreende que se defina agora objetivos que, segundo o LML demorariam sempre mais de 5 anos a ser conseguidos.

CAR: Agradece à MD. Esclarece que tiveram em consideração todas as sugestões obtidas nos 2 fóruns que ocorreram ao longo dos 2 anos. Tiveram em conta essas famílias que vivem no estrangeiro, mas sendo só 30 (3% dos sócios) separar Resto do Mundo e Resto do País iria prejudicá-las face à atual sugestão de um mínimo de 20% para o Resto do Mundo.

Nuno Valentim (NV): Agradece e elogia o trabalho da comissão. Elogia a apresentação da Carlota. Explica que a comissão é composta por pessoas de todo o país, demonstrando equilíbrio na solução a que chegaram.

Sobre Braga e Évora não lhe parece razoável partir já para quotas. Concorda com o JB por não parecer razoável a majoração ser maior que a dada a antigos sócios. Relembra que o tripa também nasceu do facto de não haver sócios no Porto, e foi crescendo, o que mostra que há mais formas de o fazer.

A proposta da comissão parece mais razoável por ser mais perto de $\frac{1}{3}$.

Vera Vieira (VV): Vive em Lisboa, mas é de Coimbra. Os filhos são de Lisboa, mas têm muitas características de Coimbra. Considera que a diferença entre os de Lisboa e os do Resto do País não justifica a diferença que há na percentagem de sócios de cada região e na probabilidade de fazer campo. Mesmo os sócios de Lisboa podem ser muito diferentes entre si. Não quer discrepância tão grande porque os sócios de Lisboa terão muito menos probabilidade de fazer campo, para chegar a essa diversidade que não compreende bem. Elogia trabalho feito.

Fátima Vilaça (FV): Explica que muitos Camtílicos de Coimbra vão para Lisboa, casam e têm filhos e os filhos já são lisboetas. Por isso, Coimbra perde sócios que vão para Lisboa. Dar

35% actualmente é mais que $\frac{1}{3}$. Para facilitar os números diria 34% e não 38% como na proposta do Luís.

Cecília Dias Costa (CDC): Discorda com corte tão grande em Lisboa. Relembra que a escolha da atual percentagem de 43% para Lisboa teve em conta a forte presença do Camtil em Lisboa e da grande procura. Questiona se não há proposta de manter tudo como está atualmente. Pede para não nos esquecermos das pessoas que vivem longe dos centros dos Jesuítas.

VRG: Explica que caso nenhuma das propostas discutidas obtenha maioria mantém-se tudo como está e que esclarecerá mais à frente como ocorrerá a votação.

Carlota Fernandes Marques (CFM): enquanto membro do comité, em resposta à VV, explica que descendentes de pais de outras regiões a viver em Lisboa têm sempre as referências dos pais, mas o facto de viverem em Lisboa, os colégios, terem a gv, irem ao cupav, etc tornam-nos mais parecidos com os outros miúdos. Não trazem a mesma diversidade de um miúdo que viva noutra região. Relativamente à questão da CDC o comité pensou na necessidade de pensar nas pessoas que se querem tornar sócias, mas sem comprometer os que já o são e a diversidade que se quer. Daí quererem que seja uma redução gradual e a reavaliar em 5 anos.

Rita Rocha: Fala do Brasil. Acha importante dar oportunidade aos jovens, especialmente adolescentes, que vivem longe dos centros de Jesuítas terem esta experiência transformadora que é fazer Camtil.

Diogo Conceição (DC): Fez parte do comité. Conta que as duas propostas surgem por não haver consenso absoluto dentro do comité. O Camtil terá sempre obrigações para com os sócios que já tem. A proposta quer reduzir o universo de sócios. Os de Lisboa não serão prejudicados com menor probabilidade de entrar nos campos.

Relativamente à redução de Lisboa sublinha o que a CFM disse: há uma grande prevalência de participantes de Lisboa nos campos, daí a proposta de reduzir este núcleo para que outros possam crescer.

Luís Xavier (LX): Explica que atualmente, como o universo de sócios em Lisboa é muito superior ao de nº lugares nos campos para os de Lisboa, é mais difícil fazer campo. Com esta proposta consegue-se a igualdade de oportunidades para fazer campo em todas as regiões. Muitas pessoas do Porto e de Coimbra acabam a trabalhar em Lisboa e depois os filhos fazem campos por Lisboa. Isto pode impedir que se atinja o objetivo de reduzir Lisboa. Depende da evolução do Camtil.

LML: Esclarece que a sua proposta não é contra a comissão ou a favor dos de Lisboa, mas é para ir de encontro ao que dizia o LX. O universo de sócios atual em Lisboa, segundo as NUTs, é de 47%, mas se olharmos para candidaturas aos campos, que é o que terá impacto na dinâmica da vida do Camtil, é 43,5%, logo não estamos longe do objetivo actual de 42%. O objetivo é um nº de candidatos que se aproxime do nº de vagas reais.

A proposta de transitar para $\frac{1}{3}$ é radical. Considera que as medidas radicais que têm sido tomadas no Camtil têm tido grandes consequências, lembrando quando se abriu sócios sem limite e se esteve 5 anos sem abrir novos sócios.

Considera que a proposta de 38% é mais prudente permitindo sempre reavaliar em 5 anos e corrigir depois para 35% se possível. Alerta para a perda de caloiros ao reduzir muito as vagas nos novos sócios, prejudicando os escalões sem caloiros de origem interna (todos menos mosquitos).

Explica que em cada escalão a direção tem de decidir qual tem 7 raparigas e 8 rapazes ou vice-versa de Lisboa. O nº da percentagem que sugere resolve a questão.

CAR: esclarece que percentagens que o comité sugere são para entrada de novos sócios e para universo camtilico. As reduções graduais para atingir os 35% serão aplicadas também depois no universo campos, garantindo a igualdade de oportunidade: se o universo camtilico se refletir no universo verão isso garante que todos os participantes terão igual probabilidade de entrar.

Conta que no comité discutiram que diversidade não vem só de Lisboa, Coimbra ou Porto, mas também rural e urbano, Portugal e fora, colégio ou escola pública, mas seria mais difícil medir.

João Sousa Guedes (JSG): Parece-lhe irrelevante se são 7 rapazes e 8 raparigas ou vice-versa porque isso já ocorre.

Catarina Luis (CL): recorda que tudo será reavaliado daqui a 5 anos, não sendo uma decisão perpétua. Os sócios expressam as suas opiniões, é uma associação e vamos votar no que achamos que é o melhor pela natureza desta associação e pelo que nos move, o que é melhor para o que é o Camtil e para este cumprir o seu papel. Considera o trabalho estatístico um meio.

FV: Elogia Comité que trabalhou 2 anos com trabalho sério e com sentido de missão. Considera que se deve confiar porque deixar tudo igual seria desvalorizar o trabalho feito. Quanto à percentagem faz a proposta de ser 33,3% para que seja $\frac{1}{3}$.

VRG: Aceita a proposta.

Emilia Montenegro: Manifesta contentamento por Camtil ser pioneiro em querer descentralizar de Lisboa. Pergunta ao comité se se mantém com 35% e se não concorda com 38%. Queremos todos uma redução gradual e ir avaliando.

CAR: esclarece que o que se está a discutir, a diferença de 3% é irrisório. Num campo corresponde a 1 participante. Nos sócios são 5 novos sócios. Na proposta do comité acaba por ter mais um 1 sócio por ano.

O que sugerem para novos sócios é para aplicar nos campos. Lisboa não vai ser prejudicada porque se quer garantir que percentagem no universo Camtil é a percentagem nos campos.

LML: partilha que se em 20 pessoas no comité ninguém concorda com a sua proposta sente vontade de a retirar, mas quer manter por sentir que a transição deve ser moderada. Quanto à questão de 8 ou 7 participantes argumento para simplificar o trabalho da secretaria, não era decisivo.

Relembra que a actual abrangência já dota estas regiões de diversidade porque pelos NUTS vai abranger uma região maior, com mais diversidade. Alerta que isto prejudicará ainda mais os Lisboetas mesmo de Lisboa.

CFM: Explica que a proposta do Luís não chocou o comité. Tendem a concordar e chegaram a pensar nos 38%. É só uma proposta mais moderada.

Bernardo Cerqueira (BC): agradece a todos a participação. Refere que as mudanças obrigam sempre a cedências e que neste caso podem prejudicar uma determinada região, mas temos de olhar para o que vai beneficiar em geral todos os sócios. Confia no trabalho da comissão. Concorda que 38% ajuda de um ponto de vista de eficiência e organização na seleção de sócios, mas ter uma facilidade operacional é secundário. Se o objetivo é ter esta diversidade, pode se ter esse trabalho extra por estar a ir de encontro a um objetivo.

PAS: Propõe respirar-se. Explica que o mecanismo de defesa que temos diz gosto ou não gosto, concordo ou não. O mecanismo do bom espírito é arriscar, é confiar e ir mais longe. Respirar a pensar: O que são mecanismos de defesa que me estão a impedir de arriscar? Como podemos todos juntos arriscar para ir mais longe enquanto Camtil? Nenhuma decisão é definitiva. Podemos sempre avaliar e mudar.

Pausa às 16:30.

Retomam-se os trabalhos às 16:50.

VRG: explica como ocorrerá a votação. Terá 2 momentos. 1º a favor ou contra a mudança. Depois consoante resultado tem se 2ª votação, se tiver mais votos a mudança, e apresentam-se as 3 propostas de mudança. Caso não haja maioria haverá 3ª votação com as 2 propostas mais votadas.

Prossegue-se para última ronda de comentários.

CFM: Explica que esta proposta se aplica ao universo de sócios e às entradas nos campos. E estas percentagens controlam-se com a entrada de novos sócios para encaminhar o universo cá dentro para as percentagens que se querem atingir. Será gradual. Se temos 40% do universo de sócios é essa a percentagem que se aplica no campo. Se no ano seguinte é 38, aplica-se o 38 no campo.

LML: Questiona se usam percentagem de sócios ou de candidatos aos campos.

CFM: Explica que utilizam a percentagem do universo de sócios.

VV: Pergunta se o que se fará é alterar as percentagens nos novos sócios agora para depois serem aplicadas as percentagens existentes do universo de sócios nos campos.

CFM: Confirma.

LML: Explica que nesse caso teremos de esperar muito tempo até atingir esse valor.

CFM: Diz que a comissão vê acontecer em 5 anos. Em Lisboa este ano seriam 50 novos sócios, mas nos primeiros anos não daríamos esses 50. No primeiro seriam 20, depois 20, depois 30, depois 30 e só depois 50.

LML: Alerta que os caloiros serão muito poucos. Levará a que as vagas de caloiros de Lisboa nos próximos anos não sejam ocupadas.

CFM: Fala pelo comité. Deixam as duas posições de 38% e 35%, deixando os votos livres. Querem caminhar para a redução de Lisboa. Seguindo uma atitude mais moderada e avaliar aqui a 5 anos parece bem, tal como não lhes parece drasticamente radical os 35%. A postura do comité é de concordância com a proposta do Luís, de ser válida.

José Maria Azeredo (JMA): Considera bom discutir-se entre um bem e um bem maior. Concorda com a importância de reduzir o valor de Lisboa. Quanto à utilização dos NUTS 3 considera importante avaliar-se. Um lisboeta não é igual a alguém que vive em Setúbal e Mafra; a região de Coimbra apanha desde Figueira da Foz e quase até Viseu. No Porto a área apanha Santo Tirso. No CREU era raro apanhar alguém de Santo Tirso. Questiona que reflexo terá quando quisermos abrir núcleo de Braga e Évora. Ambas são áreas grandes. Pode fazer sentido nos animadores, que têm mais oportunidade de deslocação, mas crianças mais pequenas não têm tanta oportunidade para fazer atividades. Propõe ver-se o nº concelhos e até que ponto este critério serve o nosso propósito.

VRG: Pede que se façam as últimas intervenções para se proceder à votação.

Teresa Nora (TN): Esteve nos 2 fóruns de discussão do comité. Pensa que se está a pôr a tônica da diversidade geográfica, mas seria mais famílias que não conhecem o Camtil e que ganhariam com a experiência de Camtil. Hoje as famílias de Lisboa ficam sempre em lista de espera para campos, enquanto o resto do país tem mais assegurada a entrada. Esclarece que se for aprovada a proposta, haverá tentativa de reduzir em Lisboa e promover em outras regiões do país onde famílias não conhecem. Ou seja, é importante abrir e diversificar sem comprometer o fazer de campos dos sócios atuais. Garantir que a esses é dada possibilidade de fazer 2 campos em cada 4 anos. E isto é assegurado com a proposta.

Rodrigo Lourenço: Refere que há realidades que podem vir para o Camtil e podem trazer grande riqueza: locais de campo, pessoas, dinâmicas. Abrir para fora e aproveitar cá dentro, assegurando que os que estão cá dentro estão garantidos.

José Maria Miranda (JMM): sublinha o ponto do JMA de que ao alargar a região com as NUTS irá haver já alguma diversificação da experiência dos participantes. Refere o perigo de reduzir

demasiado bruscamente a percentagem em Lisboa, com o intuito de aumentar a diversificação, mas poder ter efeito maior do que se podia prever.

Lourenço Murteira (LM): Faz pedido de esclarecimento ao comité relativamente à probabilidade de entrar em campos sendo de Lisboa. Reduzir a percentagem de entrada de sócios em Lisboa aumentará a probabilidade de entrar em campo para um miúdo de Lisboa, parece-lhe.

Rita Regatia (RR): Fala enquanto comité. Antes a percentagem nos campos não refletia a percentagem do universo de sócios, e o comité quer que passe a refletir, para evitar que miúdos de Coimbra entrem em todos e em Lisboa seja muito mais difícil entrar, porque são muito mais. O objetivo é que todos os miúdos tenham igual probabilidade de entrar num campo.

DC: Acrescenta que antes havia sempre 4 vagas garantidas para Coimbra independentemente do nº de sócios, por exemplo.

LML: Menciona a vantagem da prudência, ser faseado e garantir que controlamos o efeito que tem, sobretudo sendo uma tomada de decisão num ano de incerteza em que não há garantia que vamos fazer todos os campos e em que moldes os vamos fazer. Agradece o esclarecimento da CFM de a comissão não ser contra a sua proposta.

CFM: Esclarece que o comité dá liberdade à assembleia para votar tanto os 35 como 38%. Aconselha a olhar para 35% como $\frac{1}{3}$, continuando moderada, e permite crescimento em 8% das outras regiões.

CDC: Chama a atenção para o facto de tomando como base as NUTs já haver alteração, já traz diversidade.

Passa-se à votação: Manter o que está ou haver mudança.

Votação (114) Manter: 9 Mudar: 96 Abstenções: 9
--

Maioria a favor de mudança, assim procede-se à segunda votação:

Votação (115) Proposta da Comissão com percentagem de 35% para Lisboa - 60 Proposta do LML com 38% para Lisboa - 38 Proposta da Fátima Vilaça com 33,3% para Lisboa - 11 Abstenções: 6
--

Maioria a favor da proposta da Comissão.

Prossegue-se para a discussão e votação acerca de Évora e Braga.

3.2. Discussão e Votação acerca da aposta nas regiões de Évora e Braga

CAR: Explica a proposta do comité quanto a Braga e Évora. (Anexo 4)

DC: Pertencendo ao comité refere concordar mais com divulgação sem majoração para já. Não se propõe já uma quota porque não se sabe qual será a recetividade das regiões. Se crescer, então que estes 5 anos sejam de aproximação às comunidades.

CDC: Pergunta se esta perspetiva surgiu por parte do Camtil ou dos Jesuítas.

PAS: Diz que foi consultado enquanto este comité estava a elaborar a proposta. Falou com o Provincial e a Companhia de Jesus que está sensível à proposta do Camtil. É um benefício mútuo. A Companhia acolhe este investimento do Camtil porque a pastoral vai beneficiar também do apoio do Camtil.

GR: Faz proposta alternativa. Relembra que o ano passado sugeriu acabar com a aleatoriedade por achar que distorce as percentagens que se querem. Gostaria de retirar a aleatoriedade da proposta.

LML: Alerta para o facto de as regiões estarem a ser criadas com uma grande diversidade. Não é só o centro de Évora, são muitos mais do que os que vão alimentar os núcleos de Jesuítas nesses locais. Considera a majoração nesta fase precoce, muito superior à de antigos sócios e nesta lógica de diversidade, pensa que não queremos ser colonizadores dos centros universitários com animadores do Camtil, porque acabamos com a diversidade.

JSG: Em relação ao que o LML diz, afirma que no Porto o centro universitário tem pouco Camtil. O objetivo é que haja sócios à volta dos centros onde há jesuítas para serem apoiados ao longo do ano. Não precisa de ser pelo Camtil, mas por jesuítas.

LM: Pergunta se a majoração é saltar 3 anos à frente de uma inscrição normal.

MDV: Responde que sim. No sistema se for 1º ano passa para o 4º ano.

LX: Pertencente ao comité e esclarece o caminho feito. Para ter diversidade considera que se tem de chegar às fronteiras, e para isso é preciso fazer divulgação, se não só se chegará ao boca-a-boca de sempre. Além disso, se for uma divulgação generalizada é mais difícil e não cria raízes. Assim escolheram-se 2 regiões com ligação à companhia. Dentro dos novos candidatos do Resto do Mundo, o comité defende que se deve privilegiar essas 2 áreas e será um empurrão inicial para que o investimento valha a pena.

NV: Pergunta ao comité se entre divulgação e divulgação + majoração que ultrapassa a dada a antigos animadores que fizeram parte do Camtil, não ponderaram um caminho intermédio de igualar a majoração dada a antigos animadores.

RR: Esclarece que a proposta b pretende acelerar a entrada destes sócios e para se verem resultados em 5 anos tem de ser no mínimo 2 elevado a $n+3$, para uma entrada maior ad início.

CFM: faz correção de não ser criar regiões, mas sim investir nestas regiões e tentar que entrem mais sócios nestas zonas onde já há sócios do Camtil.

CL: Pergunta se entrariam como resto do país.

RR: Explica que estas zonas entram no resto do país na mesma.

TN: Refere que é importante a diversidade, mas também preservar a história do Camtil. Queremos investir nestas reuniões sem desinvestir ou tirar força à entrada de novos sócios.

João Melo (JM): Estamos a mexer no Camtil de amanhã, não de hoje e teremos de lidar com ele quando surgir. Nesta primeira votação vê-se uma vontade de mudança e era o esperado visto que falamos disto há anos em assembleias. Se queremos diversificar e mapear o Camtil de outra forma pelo país, e tendo o comité feito um estudo, faz sentido apostar nestes locais onde há jovens e centros universitários. É preciso começar por algum lado, mesmo que daqui a uns anos se reavalie.

Beatriz Cardoso Fernandes: Pergunta se não temos menor expressão em Braga por haver Gambozinos em Braga.

CFM: Esta questão surgiu nos fóruns. Falaram com os jesuítas do CAB. Disseram que Braga é um centro universitário onde é difícil angariar pessoas. Há muitas atividades nas paróquias e torna-se difícil implementar um movimento lá. Daqui a 5 anos pode não haver resultados porque as pessoas estão muito agarradas às paróquias. Em Évora a comunidade dos jesuítas tem crescido muito, com a abertura do casarão. Esta é a visão de quem a comissão consultou. Vamos conseguir diversidade, já reduzimos % de Lisboa e aumentámos noutras regiões. Aqui o objetivo era conseguir que miúdos se apoiassem nas comunidades inicianas.

PAS: Braga é lugar de missão dos gambozinos e a maioria dos animadores vão lá fazer o seu trabalho, mas não vivem lá. Já tiveram para fechar filosofia em Braga, mas decidiram deixar aberto e terá jesuítas para apoiar.

LML: Pergunta o porquê de, mesmo com a dificuldade de Braga, terem mantido a aposta.

Benedita Mascarenhas Lemos (BML): Pergunta porque foram escolhidas estas duas regiões em concreto e que compromisso queremos ter. Considera que procurar os centros para

investir não é ir às fronteiras. Questiona-se se queremos divulgar para ter diversidade, porque não divulgar em regiões mais isoladas.

LML: Considera que todos os participantes terem experiência de espiritualidade inaciana trará menos diversidade que espiritualidades variadas como escuteiros, catequese, etc.

JMM: Questiona se este esforço levará à criação de quotas para estas regiões ou será só para divulgar mais nestas áreas. Relativamente à dificuldade de captar pessoas em Braga considera que os campos de férias são uma realidade muito específica que talvez tenha menos dificuldades que um centro universitário em angariar pessoas.

Considera que para diversificar podíamos captar pessoas fora de centros urbanos e de centros jesuíticos. Cruzar pessoas com mais e menos contato com espiritualidade inaciana e até com estilo de vida diferente, fora de centros urbanos.

GR: pergunta se as majorações existentes podem acumular ou se a mais alta anula a outra.

RR: Um antigo sócio de Évora saltaria 4.

JM: Ainda é sócio e animador de gambozinos e quando começou a ouvir a questão de Braga falou com gambozinos que disseram que tiveram dificuldade em entrar em Braga. O público-alvo dos gambozinos em Braga é bairros sociais, comunidade inaciana e paróquias. Onde pode o Camtil ir buscar: À comunidade inaciana e paróquias. Dificuldade dos gambozinos é que precisam de atividades ao longo do ano, o Camtil não tanto. Não estamos a competir com paróquias se miúdos de Braga fizerem campos. E vão querer quando souberem o que é. Implica aumentar a família e a diversificação, para não continuar com primos e tios. Braga não é urbano. A nut de Braga tem muita ruralidade. E Braga é a cidade mais jovem de Portugal.

Madalena Perloiro: Relata a experiência de Évora. A realidade é muito diferente. Évora está muito isolado. A ligação do Alentejo à igreja é difícil até pela história de abandono. Não estamos só a falar da cidade de Évora quando pensamos em Évora. O casarão (centro dos Jesuítas) tem estudantes de Montemor, de Reguengos, etc, não só de Évora. São realidades muito diferentes e nada a ver com a cidade. Em Beja há já um campo, em Évora não.

DC: Refere que não nos podemos comprometer com divulgar o Camtil por todas as paróquias do país. Estas são acrescentos que trarão riqueza ao Camtil. Pessoas em Évora são pessoas que estão ali à volta, para quem Évora é a grande cidade mais próxima.

Domingos Perloiro, sj: Afirma que o Camtil faria bem às duas zonas, a Braga e a Évora. Não sabendo se o Camtil quer privilegiar estas zonas face a outras, mas afirma que faria a diferença.

António Ferreira da Silva, sj: Acrescenta que o contexto de Braga é muito diferente do de Porto, Coimbra ou Lisboa. São pessoas diferentes. São pessoas ligadas às paróquias e o Camtil

poderia dar um grande contributo pela espiritualidade Inaciana. Do ponto de vista de Braga faz sentido, do ponto de vista do Camtil deixa a decisão à assembleia.

CL: Respondendo à questão de porquê estas duas regiões e não outras quaisquer, e porque não ser mais disseminado pelo país, é por haver limitação de recursos. Por se acreditar que há sinergia em concentrar focos em determinadas regiões, tal como se acredita que é diferente fazer vários campos ou só fazer um na vida, assim, concentrar esforços em determinadas regiões ajuda. Relembra o slide do comité sobre "linhas orientadoras para o desenho de soluções", referindo a 2ª linha - proximidade às comunidades inacianas - que resultou do discernimento do comité e de diálogo com o provincial. Assim, responde ao porquê destas regiões, por ir de encontro aos critérios definidos.

Madalena Ataíde (MA): questiona-se se temos dados suficientes para decidir onde os recursos são mais necessários. Reflete que se está entre dois princípios contraditórios: Estar perto de realidades distantes dos centros urbanos ou estar noutros locais ainda mais longe dos centros urbanos.

Vota-se se somos a favor deste investimento em Braga e Évora nos próximos 5 anos

Votação (101)
Investir em Évora e Braga - 83
Não investir em Évora e Braga - 12
Abstenções - 6

Passa-se à discussão sobre estratégia a adotar: divulgação ou divulgação e majoração, para depois se passar à votação.

CDC: Pergunta se a proposta B é limitada a 5 anos.

DC: Responde sim. São medidas para 5 anos. Tudo pode voltar atrás daqui a 5 anos ou pode apostar-se mais. Alerta para o facto de antigos animadores de Lisboa e Porto não competirem diretamente com esta majoração de Évora e Braga, porque têm quotas próprias.

TN: Reforça a ideia de que a majoração nestas regiões só afeta os candidatos do resto do mundo. Reforça também que é importante a diversidade, mas também a história do Camtil. Ainda há alguns de fora e que é importante ponderar. Questiona como será feita a divulgação.

CFM: Responde que será feita pela direção ou a direção nomeará alguém. A divulgação é dar a conhecer o Camtil e perceber se há mais candidatos destas regiões e se há resposta à divulgação. Na majoração, além da divulgação será dito que terão mais facilidade em entrar, terá sempre um aumento de expressão em 5 anos.

MDV: Explica que o caso dos antigos animadores é importante e tem sido tido em consideração. Das 27 famílias entraram 11 e esse trabalho continua a ser feito.

Luís Alvim (LA): Apresenta a proposta de no primeiro ano haver majoração só de um ano, ou seja, $n+1$, ver os efeitos e depois repensar, para evitar que alguém do Resto do Mundo que esteja a concorrer há 3 anos seja ultrapassado por alguém que tenta à primeira.

VRG: Acrescenta 3ª proposta à votação.

CL: Em resposta ao Luís Alvim diz que os resultados não são visíveis em 1 ano. É exponencial. Assim, é difícil avaliar-se ao fim de um ano.

Miguel Cabral (MC): Questiona se a proposta do Luís é num primeiro ano ser $n+1$ e depois ser reavaliado este valor de majoração todos os anos.

LA: Confirma, afirmando que evita que durante 5 anos as pessoas de Braga entrem todas e não ter possibilidade de alterar face ao impacto que poderá ter noutras regiões. Acredita que em 1 ano haverá resultados, como mais candidaturas, mesmo sem majoração, apenas por uma divulgação ativa dos centros. Acredita que no ano seguinte será uma votação rápida sem uma grande discussão.

DC: Relembra que houve um compromisso de que não se falaria disto nos próximos 5 anos.

MDV: Reforça que um ano é um período muito curto para se ver resultados.

LA: Altera a proposta para que a revisão não seja feita em Assembleia todos os anos, mas pede para que a direção não espere pelos 5 anos para rever e que vá vendo os resultados.

MC: Questiona se a proposta do Luís implica que a direção tem legitimidade para mudar o fator de majoração em 1 ano sem consultar a Assembleia.

LLM: Esclarece que tudo pode ser revisto antes dos 5 anos. Não ficamos fidelizados. A abertura de novos sócios é revista todos os anos, quantos e em que moldes. A direção pode propor mudar a majoração a cada ano e trazer à Assembleia.

LM: Questiona qual o critério para mudar de $n+1$ para $n+3$, como se mede o sucesso de divulgação.

CFM: Responde que se mede pelo número de candidatos e número de entradas.

VRG: Avança-se para a votação.

Mesa decide repetir votação por não ter referido que caso não haja maioria absoluta será uma eleição a duas voltas.

Votação:

Votação (94)
Divulgação - 24
Divulgação e Majoração do comité (2 ³⁺ⁿ) - 42
Divulgação e Majoração Luís Alvim (2 ¹⁺ⁿ) - 22
Abstenção - 6

Mesa explica que 2ª volta será entre divulgação e divulgação e majoração do comité.

BML: Questiona se não seria melhor votar-se entre apenas divulgação ou divulgação com majoração e depois caso ganhasse a majoração qual o fator de majoração que se queria, o do Luís ou o do Comité.

VRG: Compreende, mas afirma que vendo os resultados, não teria tido impacto.

MC: Explica que para quem votou na proposta do Luís na primeira volta fica sem sentido de voto na 2ª volta. Seguindo a proposta da Benedita conseguia-se clarificar o sentido de voto.

VRG: Afirma que a mesa é sensível à proposta apresentada e, assim, irá proceder a uma nova votação. Primeiro será votado divulgação ou divulgação e majoração e depois caso ganhe a divulgação e majoração votar-se-á no valor da majoração.

LML: alerta para o facto de no Camtil não haver o hábito de se votar por maioria absoluta.

TN: Afirma que o mais importante é haver uma votação esclarecida, quer seja com as 3 propostas em cima da mesa ou com as propostas por exclusão. Pensa que a forma de votação sugerida pelo Miguel Cabral e pela Benedita é a mais clara para se votar.

Votação (100)
Divulgação - 34
Divulgação e Majoração - 56
Abstenção - 10

Tendo ganho a Divulgação e Majoração vota-se sobre o grau de majoração.

Votação (96)
Divulgação e Majoração do comité - 45
Divulgação e Majoração Luís Alvim - 41
Abstenção - 10

VRG: Explica que a sensibilidade da mesa é que a Assembleia está dividida, com diferença de votos pequena.

BC: Pergunta se as procurações são válidas quando uma das propostas surgiu na Assembleia.

VRG: Afirma que quando o voto é na proposta já existente antes, a mesa aceita o voto.

LML: Apela a que a próxima mesa tenha critérios concretos para o valor das procurações e em que moldes.

VRG: Os resultados são muito próximos entre propostas, nenhuma tem maioria absoluta. Percebe-se que a assembleia está dividida e não está claro o que quer. Assim pedia-se que a decisão não fosse vinculativa e a direção tivesse liberdade para pensar e na próxima assembleia possa ser discutido e decidir que maioria aplicar.

António Leite de Castro: Pergunta se a proposta da mesa é deixar para a direção a decisão de qual das duas majoria aplicar este ano.

VRG: Confirma, ou até uma proposta intermédia entre n+1 e n+3. Apela a direção a falar.

BC: Concorda com a proposta da mesa para deixar para a direção.

JMA: Discorda com pôr-se em causa uma votação quando as regras nos estatutos são claras quanto às procurações. As procurações valem pelo que o procurando votar. Pensa que há um resultado que é válido e que se deve manter.

GR: Recorda que já houve assembleias com abstenções muito superiores a esta e que foram votadas. Devemos confiar que os que votaram com procurações votaram de acordo com os termos de procurações.

MD: É da opinião de que se deve respeitar quem vem à assembleia que ouviu tudo e votou. A divulgação é certa. O valor da maioria é o que nos divide.

DC: Afirma que ficou aceite pela assembleia majorar. A proposta do comité foi bastante pensada e maturada e há voto de confiança que merece ser dado ao trabalho do comité.

JSG: Discorda com o ponto do Diogo Conceição porque o próprio comité deu duas opções - só divulgação ou divulgação mais maioria. Não fez apenas a proposta de majorar.

VRG: Sendo propostas próximas e havendo até um meio caminho entre as duas, não choca dar liberdade à direção, ainda por cima sendo apenas durante um ano. A mesa é sensível à questão das procurações, da legitimidade da assembleia.

BML: Afirma que confia na direção. Alerta para a importância de que no futuro fique claro o alcance das procurações.

VRG: Mesa concorda. Fica em acta esse alerta.

LML: Afirma que as procurações são nominais, que se confia na pessoa que a tem. Mas as procurações estão normalmente associadas a uma proposta e se surgem novas propostas fica difícil garantir que a pessoa que a emitiu, se tivesse alternativa, não votaria diferente.

GR: Pensa que a mesa e a direção não têm legitimidade para tomar essa decisão sozinhos. Acha que se deve votar se queremos dar poder à direção para decidir.

VRG: Pede 2 minutos para a mesa se reunir.

Explica que se vai votar sobre se queremos dar liberdade à direção para durante este ano decidir a majoração (entre a do Luis Alvim, do Comité ou um intermédio). No próximo ano teremos sempre de voltar a discutir.

Mafalda Gerales: Refere que discorda com discutir-se tanto tempo e depois outras pessoas irem decidir.

VRG: Explica que caso contrário iríamos validar um lado quando o outro discordava com a validação, por duvidar do valor das procurações.

MA: Faz a ressalva de que nunca é para nada o que se discute na Assembleia. A direção tem sempre em conta.

Faz pedido à direção para que a apresentação seja matematicamente mais transparente. Assim fica sem saber se por exemplo uma família candidata de Évora teria mais probabilidade de entrar que uma família de Coimbra. Com majoração é menos claro do que com percentagem e comparando com outras regiões.

VRG: Explica que se não se der poder à direção então será respeitado o resultado eleitoral que tivemos, aceitando as procurações, ganhando o comité.

VV: Pede voto de louvor à mesa.

Vota-se quem deve decidir a majoração:

Votação (94)
Deve ser a direção a decidir - 56
Deve ser respeitado o resultado da eleição (majoração do comité) - 34
Abstencões – 4

VRG: esclarece que durante um ano a direção decidirá qual a majoração que dará a Évora e Braga entre os intervalos do comité e do Luís Alvim.

Pausa às 20:15

Retomam-se os trabalhos às 20:25

3.3 Apresentação e discussão de propostas de distribuição das percentagens atribuídas ao P, C e RM

VRG: Estando definida a percentagem de novos sócios a atribuir a Lisboa, estando decidido que se apostará na região de Évora e Braga, falta definir a distribuição dos 65% restantes. O comité apresenta a sua proposta depois apresentam-se outras propostas. Apela à brevidade.

CAR: Explica a proposta do comité. (anexo 5)

LML: Até hoje em cada abertura de novos sócios escolhia-se a distribuição que se queria, não havia padrão fixo, e depois havia o cuidado de ter no mínimo 4 participantes de cada sub-região em cada campo.

Explica a sua proposta. Tem por base 2 critérios:

Tentar que a subdivisão Porto, Coimbra, Resto do Mundo, que inclui resto do país e pessoas que vivem no estrangeiro, tivesse proporcionalidade mais próxima da procura. Tendo estado presente nos serões colheu sensibilidade de que a diversidade procurada é mais sentida pela dicotomia urbano e não urbano, que considera trazer mais diversidade do que Porto vs Lisboa vs Coimbra. Assim, privilegiar o resto do mundo responde melhor à diversidade procurada. Se se valorizar Évora e Braga convém divulgar e ter capacidade de acolher estes novos sócios. Assim a proposta coloca Coimbra com valor mínimo de 10%, que está acima da procura; Porto a 15%, que também está ligeiramente acima.

Resto do mundo com 25%, também acima da procura, para ter capacidade de acolher os novos sócios de Évora e Braga, e 15% de aleatório para Coimbra, Porto e Resto do Mundo.

Pergunta se o comité considera a sua proposta demasiado parecida com a primeira proposta, e caso sim, pondera retirar.

CFM: Pertencente ao comité, considera que não faz sentido dar mais 5% ao Resto do Mundo em vez de deixar nos aleatórios porque na percentagem de aleatórios acabam por ser os do resto do mundo a entrar, por serem mais, mas não estando beneficiados diretamente.

LML: Pergunta se contemplaram o cuidado com os do resto do mundo que vivem lá fora e da aposta de Évora e Braga na percentagem dada a resto do mundo.

CFM: Diz que sim. A sensibilidade do resto do mundo não é assim tão expressiva no Camtil quando se vai ver.

LML: Afirma querer ouvir mais comentários e depois decide se retira a proposta.

DC: Discorda com o argumento da procura, dada pelo LML, por achar que existe o efeito de pessoas trazerem mais pessoas. Lisboa tem muito mais procura, tal como Resto do Mundo, por terem ambos muito mais sócios. Considera 10% pouco para Coimbra e 15% pouco para o Porto. Apoia a proposta que propõe 15% para Coimbra e 20% para o Porto, sabendo que a maioria da aleatoriedade irá para o Resto do Mundo, por ver a importância histórica para o Camtil do Porto e Coimbra.

CL: pede esclarecimento da distribuição de novos sócios nos últimos anos. Explica que estamos a propor uma diminuição da percentagem para o Porto e Coimbra. Questiona se queremos diminuir o estímulo nestas regiões e em que queremos investir.

JSG: Esclarece, enquanto comité, que isto não são percentagens de candidaturas de novos sócios, mas sim percentagens mínimas que queremos no universo de sócios ao longo dos anos, independentemente das entradas.

VRG: Explica que as entradas serão um meio para atingir estas percentagens.

GR: Apresenta a sua proposta. Considera a aleatoriedade má porque beneficia sempre a região com maior número de candidatos. Quando temos intenções de nos aproximarmos de um valor a aleatoriedade não nos ajuda. Assim, eliminava a aleatoriedade e assumia que queremos investir em 2 novos polos ou 2 novas regiões.

Propõe:

Lisboa 35%

Porto + Coimbra + Resto do Mundo 65%

Porto mínimo de 20%

Coimbra mínimo de 15%

Resto do Mundo mínimo de 20%

Évora + Braga mínimo de 10%, saindo do Resto do Mundo.

BC: tende a gostar dos aleatórios porque privilegia não só as regiões mais representadas como também as famílias a tentar há mais tempo, antigos animadores, por terem majoração, ou a partir deste ano, famílias de Évora ou Braga. No bolo Resto do Mundo pôr-se valores mínimos, tal como os da 1ª proposta, parece-lhe justo, deixando uma margem maior para que ao longo do tempo as vagas sejam preenchidas pelas pessoas mais representadas num determinado ano, seja por serem majoradas, seja por serem de uma região mais expressa, ou por serem animadores de Évora ou Braga.

LML: Pergunta se ponderam mudar os mínimos em cada campo de cada região.

CFM: Não vão alterar.

Mafalda Esteves: Relembra que o CAIC fechou. Os campinácios deixam de ter esta zona. Assim, sem CAIC e sem campinácios fará muita diferença o Camtil.

VV: Sente discriminação pelo facto dos aleatórios não incluírem Lisboa.

Pensando na quantidade de pessoas que vão ficar de fora por Lisboa ter máximo de 35% e pensando na movimentação de pessoas para regiões próximas de Lisboa, vê com dificuldade esta limitação. Compreende a preocupação de diversificar.

CFM: Explica que se os aleatórios incluíssem Lisboa o objetivo dos 35% seria impossível de atingir.

LML: Alerta para que temos que caminhar para que o universo de Camtil migre para limite de 35% de Lisboa como teto máximo, de forma gradual, sem prejudicar os sócios para a entrada de campos. O impacto que terá nos campos será nenhum, mantendo o mínimo de cada região de 4 para já. Considera que a diversidade dos campos está em ter pessoas do resto do país, daí a sua proposta tender a favorecer esse grupo e expô-lo menos à aleatoriedade. Os nuts já vão acrescentar diversidade também.

LX: Explica que a proposta 1 não diz que Porto ou Coimbra deve baixar. O que diz é que Coimbra pode ter entre 10 e 30 e o Porto entre 15 e 35%, dependendo do interesse das pessoas. O aleatório não é ao calhas, privilegia-se quem se inscreve mais ou regiões mais expressas. Se aumentarmos as margens mínimas podemos estar a aumentar sem saber se há procura.

MA: Subscrive o LX. Pergunta se se decide esta percentagem de entrada de novos sócios todos os anos, e se não será esta percentagem definida a usada, se poderá ser menor até para se atingir este objetivo.

JSG: Confirma.

MA: Quanto à proposta do Gustavo considera Évora e Braga recente para ter já um objetivo fechado para estas regiões.

CFM: Definimos objetivos a 5 anos. No próximo ano não iremos atingir. Cada ano apresenta-se a distribuição que o comité fará para atingir o seu objetivo.

NV: Considera os aleatórios um exercício de fidelidade criativa. É uma almofada importante para absorver divergências que podem acontecer anualmente como a do CAIC, como família que se candidata há muitos anos, etc. Apoia a proposta 1.

VV: Faz proposta alternativa com base na proposta 1, mas incluindo nos aleatórios a região de Lisboa.

CFM: Lembra que foi votado o objetivo de 35% e isso está fechado. Assim, esta proposta é incompatível. Só quando se baixar a percentagem de Lisboa no universo de sócios é que será possível abrir a Lisboa os aleatórios até chegar aos 35%. Para já está muito acima.

CAR: Os aleatórios vão refletir os candidatos a novos sócios. Os 20% aleatórios são distribuídos de acordo com procura e famílias que se candidatam há mais tempo entre Porto, Coimbra e Resto do Mundo, e nas percentagens correspondentes: 14% dos 20% para Porto, 7% dos 20% para Coimbra e assim sucessivamente. Ficando: 4% para Coimbra, 7% para Porto, 9% para o resto do Mundo. Estes mínimos valorizam a diversidade regional que queremos cumprir.

Sofia Thenaise: Concorda com a Vera. Apoia a proposta 2. Considera os aleatórios importantes para encaixar situações que vão aparecendo ao longo do tempo. E concorda que Lisboa deveria estar dentro dos aleatórios. Agradece a paciência da mesa.

GR: Alerta para que se Lisboa entrar para os aleatórios os 20% vão todos para Lisboa, provavelmente. A aleatoriedade pode ser o balão de oxigênio que o Nuno falava, mas asfixia regiões que têm menos pessoas. Considera que haver 20% para aleatórios é mau para os objetivos que queremos.

Gabriel Costa: O comité estabelece máximos por não querer regiões sobre-representadas e mínimos para garantir continuidade e representatividade. As balizas permitem a expressão da procura existente nas várias regiões. Questiona porque diferentes regiões deveriam ter diferentes máximos e mínimos se a procura já se reflete na forma como as regiões ficarão entre o máximo e o mínimo. Concorda que Resto do Mundo, não sendo uma só região, deverá ter um mínimo superior, mas não lhe faz sentido que o Porto e Coimbra tenham diferentes máximos e mínimos. Apresenta uma proposta: todas as regiões terem máximo de 35% e mínimo de 15%, Resto do Mundo ter mínimo de 20%, e vagas são atribuídas aleatoriamente seguindo estes valores. Considera que assim ajudaria a olhar para o que é uma região e a perceber que quando dizemos que não queremos que Lisboa tenha mais de 35 é porque não queremos que nenhuma região tenha mais de 35%.

VRG: Percebe a proposta, afirma que se tivéssemos mais tempo seria interessante discuti-la, mas acha que o resultado prático acaba por ser o mesmo.

JM: Defende a proposta nº 2 do comité. Não percebe a relevância da lei da procura numa associação que se quer com expressão nacional. Neste momento a diversidade diferente de Lisboa é o bem que está a ser reclamado. Discutimos sempre à volta de Lisboa, é a maior região representada no Camtil. Defende a proposta 2 porque acha importante fixar valores mínimos de cada cidade nestes em concreto, para ser um estímulo. Não vamos atrás do que há de procura, mas sim vamos definir o que queremos ver enquanto associação, é essa a vantagem de fixar valores mínimos superiores. É por fazer bem ao Camtil e à própria cidade.

CL: reforça alguns pontos - tal como em Lisboa o número de sócios aumenta além dos novos sócios que entram (por famílias que se desdobram e por migração para Lisboa), Coimbra perde pessoas para Lisboa todos os anos. Assim, faz sentido salvaguardar novos sócios maior do que a procura, porque estamos sempre a correr atrás do prejuízo. Para ter famílias com pessoas em idade para fazer campo em Coimbra tem de ter esse número mais elevado porque famílias que migrem para Lisboa, os filhos não farão campos enquanto Coimbra. O que motiva a diversidade, tradição histórica, de jesuítas com forte missão universitária, funcionalidade - garagem, secretaria, etc.

Considera que o fecho do CAIC não vai fazer com que pessoas que faziam campinácios procurem o Camtil, mas sim que num prazo de 2 ou 3 anos ocorra o fecho de um foco de promoção de espiritualidade inaciana nesta região, sendo ainda mais importante aumentar sócios aqui.

Nut Coimbra abrange muito mais que a realidade urbana. Até é maioritariamente rural.

MC: em relação à proposta da Vera parece-lhe incompatível com o que se votou de manhã e até contra o sentido da assembleia porque iria anular o que votámos de manhã.

Falou-se em dar força a Coimbra, seguindo a proposta 2, por causa da garagem e secretaria que são em Coimbra - com as tecnologias de hoje considera que não há obrigatoriedade de ser em Coimbra. Apoia a proposta 1 por seguir dois critérios com os quais concorda - equilibra a diversidade regional, que garante mínimos em várias regiões, e valoriza quem procura o Camtil há mais tempo. Não absolutiza um critério face ao outro.

TN: Não considera a proposta da Vera incompatível porque o que foi votado foi um limite de 35% ao universo de sócios e foi explicado que à seleção de campos não se vão aplicar estas percentagens nos próximos 5 anos. Assim, não é incompatível porque uma coisa é o universo de sócios, outra é a seleção de campos.

Relembra que os casos amarelos e laranja estão sempre assegurados na seleção dos campos, mesmo limitando percentagens no universo de sócios. A aplicação à seleção de campos será progressiva.

LML: reforça que as percentagens definidas são um objetivo a atingir em 5 anos. Defende a proposta 1 face à 2. Há anos dizia-se que seria impossível que coordenador não fosse de Coimbra e que a direção estivesse fora de Coimbra. Considera que se assim fosse, o Camtil iria empobrecer por não acrescentar o pensamento de outras regiões na direção. Não há impossíveis no Camtil, desde que seja para o bem. Considera que o peso histórico deve estar em valores, não em coisas físicas.

VV: se estamos a votar para o universo de sócios e não para a entrada de campos retira a proposta.

CAR: Pergunta ao Gustavo como conseguiremos atingir os 10% para Évora e Braga se os sócios existentes destas regiões são 3% e os candidatos a novos sócios destas regiões são 5%. É impossível atingir estas percentagens.

GR: Quer primeiro saber como será a votação para saber se retira a proposta.

VRG explica processo de votações. Votar-se-á sobre as 3 propostas. Se nenhuma obtiver maioria absoluta, irão a segunda volta as 2 mais votadas. Serão aceites as procurações.

GR, LML e Gabriel Costa retiram as suas propostas.

Votação das propostas de alteração das percentagens para as diferentes regiões

Votação: 92
Proposta 1 do comité - 37
Proposta 2 do comité - 53
Abstenções - 2

LML: Pede à direção cuidado para que na abertura de novos sócios de Lisboa haja o nº mínimo de sócios para garantir caloiros nos escalões mais velhos.

VRG: Chegados ao fim da ordem dos trabalhos, despede-se.

MC: relembra o voto de louvor para a mesa da Assembleia extraordinária.

Voto de louvor aprovado por unanimidade.

Voto de louvor para o Comité - aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa



(Vasco Ressano Garcia)

O Vice-Presidente



(Rodrigo Sousa Coutinho)

A Secretária



(Maria Joana Neiva Correia)